



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

**ATA DA REUNIÃO PARA A
FORMAÇÃO DO CONSELHO
GESTOR DAS FLORESTAS
ESTADUAIS DE FARO E
TROMBETAS, realizada no dia
29 de Abril de 2009.**

A reunião foi dirigida por técnicos da Sema (Márcia Sarges e Keyla Teixeira), Imaflora (Roberto Palmieri e Yanina Sammarco) e Imazon (Jakeline Pereira) e, contou com a participação de representantes de órgãos públicos, privados, não governamentais e da sociedade civil. Durante o período matutino, Yanina Sammarco fez uma apresentação sobre o contexto de Unidades de Conservação no Estado do Pará, funções, tipos e critérios para a formação de conselhos. Houve alguns questionamentos, como pelo Sr. Francisco Hugo (Arquemo), que perguntou sobre a correção do polígono da Terra Quilombola do Alto Trombetas, o Sr. Roberto Palmieri (Imaflora) respondeu que no momento não está sendo discutindo esse assunto, mas o governo está providenciando a regulamentação das terras quilombolas, pois nesse caso foi um erro de memorial. Josielson da Paróquia Santo Antônio queria saber se o conselho é deliberativo ou consultivo. A Sra. Márcia (Sema) falou que o conselho é consultivo, mas que na prática torna-se deliberativo, pois o Governo do Estado está trabalhando com os conselhos em processo de participação contínua. José Silvano (Arquemo) questionou que nos conselhos que participa não acontece assim. O conselho serve apenas para legitimar. A Sra. Yanina (Imaflora) disse que tudo depende da mobilização e participação do conselho. O conselho é importante para administrar a UC. Josielson se pronunciou dizendo que há necessidade de mudança de categoria da Flota de Trombetas para Resex. Falou também sobre a preocupação com a exploração dos recursos naturais da Flota, como madeira e bauxita. Yanina (Imaflora) ressaltou que no conselho esse é um assunto que pode ser discutido, e que a exploração estará incluída no Plano de Manejo da Flota, que passará pelo conselho e concessão. Márcia (Sema) comentou sobre o conselho do Combu, que conseguiu mudar a UC de categoria, devido a participação do conselho,



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

apesar de ser consultivo. Fátima (Gaya) relatou que participa do conselho da Rebio Trombetas e Flona Saracá-Taquera e, que o conselho consultivo votou que não haveria exploração madeireira enquanto não houvesse revisão do plano de manejo e, assim aconteceu. O Sr. Francisco Hugo (Arquemo) colocou a preocupação sobre as áreas requeridas para a titulação quilombola (Ariramba e Cachoeira Porteira), deixando claro que a Arquemo não apóia o título de concessão de uso para os moradores. O Sr. Joaquim (Ideflor) contou a experiência da Gleba Mamuru, os quais estão fazendo o ordenamento territorial, disse que é natural nesse primeiro momento, haver falta de credibilidade por parte da sociedade civil. A Yanina (Imaflora) ressaltou a importância do relato de pessoas como a Fátima e o Joaquim, que estão participando do processo nos conselhos. O Sr. Francisco queria saber sobre o limite de atuação do conselho. A Márcia (Sema) disse que para cada assunto há órgãos competentes, mas que as ações referentes as Flotas têm que passar pelos conselhos. Como exemplo, propor políticas é papel do conselho, mas implementá-las é do governo. O Sr. Antônio (Rebio Trombetas) relatou que às vezes as pessoas pensam que o conselho é para resolver todos os problemas, mas não é bem assim. O conselho da Flona, por exemplo, tem mais de sete anos que foi formado, mas somente a dois está efetivamente trabalhando. Diz ainda que se o conselho funcionar bem não faz diferença se é consultivo ou deliberativo. Jucelino representante da Funai ressaltou que o conselho consultivo na prática é deliberativo, só depende da participação de todos. Carlos Augusto (UFF) comentou que participa do conselho de saúde e que nesse caso, o gestor é escolhido pelos conselheiros. Encerrou as discussões pelo período da manhã para retornar às 14:30 hs para a formação dos conselhos. A Sra. Yanina falou sobre a função dos conselhos, como se candidatar e os documentos necessários. Roberto Palmieri conduziu a reunião mostrando a proposta para o Conselho da Flota de Trombetas, elaborada através do diagnóstico institucional e reunião do Imaflora com a Sema. A votação em assembleia foi a seguinte: **Representantes do Poder Público: Órgão Gestor** (Sema); **Governo** (Ideflor); **Poder executivo municipal de Oriximiná** (Prefeitura de Oriximiná), com uma cadeira, o qual poderá designar titular e suplente, **Poder Legislativo de Oriximiná:** Joaquim (Ideflor) indicou o Ministério Público, mas a plenária não aceitou, pois o juiz não fica na cidade e, inclusive não estava participando da reunião. Ficou acordado que, se houver



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

necessidade o Ministério Público poderá ser convocado a participar de algumas reuniões do conselho para orientar em casos pontuais. Então todos concordaram com uma cadeira para a câmara de vereadores, que designará titular e suplente; **Pesquisa ambiental** (Votado a UFPA - Núcleo Oriximiná) como titular. A UFF (que estava na proposta) manifestou-se contrária a candidatura devido não ter perspectiva de continuar atuando no município; **Povos Indígenas** (Titular FUNAI – Oriximiná e suplente Funai/Belém). A Sema deverá encaminhar ofício para a Funai Belém que designará um conselheiro de Oriximiná e outro de Belém; **UCs do entorno** concordaram com uma cadeira para a Rebio Trombetas. **Representantes da Sociedade Civil: Comunidades Quilombolas Erepecuru.** A Aquimo irá se reunir para definir quem será o representante, a Arqumo ou a Arcooq; **Comunidades Quilombolas Rio Trombetas** (AMOCREQ). Em relação a **População do entorno**, foi perguntado ao Sr. Antônio, representante da Comunidade Santo Antônio, sobre a atuação de instituições que os possam representar. Ele relatou a atuação da paróquia, então definiram em plenária a Associação beneficente dos Padres da Prelazia de Óbidos (Pastoral Social Oriximiná/Óbidos) com uma cadeira no conselho; no **Setor Florestal**, foram citados os nomes da Fiepa, Cikel, Samal e Associação dos Moveleiros de Oriximiná. Em plenária definiu-se a Associação de moveleiros como titular da cadeira; **Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais** (STTR de Oriximiná) como titular; **Educação e Proteção Ambiental** (unidas como titulares); **Pesquisa ambiental**, GAIA e KANINDÉ, titular e suplente respectivamente; em relação aos **Povos Indígenas**, houve uma discussão, pois existe dois povos distintos na Flota, os WaiWai e os Katxuanas e, foi sugerido a criação de duas cadeiras para a representação indígena. A argumentação foi aceita pela plenária. Uma cadeira ficará com a APITIKATXI, representando os Katxuanas e outra com a APIM que representa os WaiWai. Logo após, Roberto Palmieri mostrou a proposta para o conselho da Flota de Faro **Representantes do Poder Público: Órgão Gestor** (Sema); **Governo** (Ideflor); **Poder executivo municipal** (Prefeitura de Oriximiná) como suplente; **Poder Legislativo** (Câmara de vereadores de Oriximiná) como suplente; **Pesquisa ambiental** (Emater e UFPA de Oriximiná); **Povos Indígenas** (Titular FUNAI/Belém); **UCs do entorno** (Rebio Trombetas e Flona Saracá-Taquera) e os **Representantes da Sociedade Civil: Comunidades Quilombolas-Aquimo** como titular



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Diretoria de Áreas Protegidas
Coordenadoria de Unidades de Conservação

e AMOCREQ como suplente; **Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STTR** de Oriximiná como suplente; **Setor Florestal**-Associação de moveleiros de Oriximiná como suplente; **Setor de Pesca**-Colônia de Pescadores Z-41 de Oriximiná como suplente; **Educação e Proteção Ambiental**-Unida como suplente; **Povos Indígenas-APIM** como titular. Márcia explicou que a Sema mandará um documento para cada instituição oficializando as cadeiras do conselho. As instituições deverão reunir-se e votar o conselheiro. As instituições terão trinta dias para enviar os documentos (ata da reunião e documentos da instituição e conselheiro) para a Sema. Nada mais a tratar, esta ata foi lavrada por mim, Jakeline Pereira.

Oriximiná-Pa, 29 de Abril de 2009.